

doi <https://doi.org/10.5335/srph.v25i1.17976>

A era do medo e a Doutrina de Segurança Nacional (1964 -1985)

La era del miedo y la Doctrina de Seguridad Nacional (1964-1985)

The Age of Fear and the National Security Doctrine (1964-1985)

CRISTIANO ALEXANDRE DOS SANTOS¹  

Resumo:

Os acontecimentos que marcam a história do Brasil em 1964 estavam inseridos em um quadro global caracterizado pelo cenário da Guerra Fria. As estratégias ideológicas foram habilidosamente planejadas e instrumentalizadas atendendo aos interesses externos de hegemonia dos EUA e aos projetos de poder de grupos nacionais. Nesse contexto, o medo e o terror foram sentimentos universalizados. O anticomunismo foi explorado e usado como ferramenta de legitimação não só na deposição do presidente João Goulart em 1964, mas durante todo o regime militar (1964-1985) com a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional que deveria estar acima de valores como a liberdade e o bem-estar social. Assim, este artigo visa refletir sobre o processo de apropriação do medo e terror para a formulação da Doutrina de Segurança Nacional durante o Regime Militar como ferramenta de legitimação no exercício do poder.

Palavras-chave: Guerra Fria. Medo. Doutrina de Segurança Nacional.

Resumen:

Los acontecimientos que marcaron la historia de Brasil en 1964 se inscribieron dialécticamente en un contexto global caracterizado por el escenario de la Guerra Fría. Las estrategias ideológicas fueron hábilmente planificadas e instrumentalizadas para satisfacer los intereses externos de hegemonía de los Estados Unidos y los proyectos de poder de los grupos nacionales. En este contexto, el miedo y el terror se convirtieron en sentimientos universalizados. El anticomunismo fue explotado y utilizado como herramienta de legitimación no solo en la destitución del presidente João Goulart en 1964, sino durante todo el régimen militar (1964-1985) con la aplicación de la Doctrina de Seguridad Nacional, que debía estar por encima de valores como la libertad y el bienestar social. Así, este artículo pretende reflexionar sobre el proceso de apropiación del miedo y el terror para la formulación de la Doctrina de Seguridad Nacional durante el régimen militar como herramienta de legitimación en el ejercicio del poder.

Palabras clave: Guerra Fría. Miedo. Doctrina de Seguridad Nacional.

Abstract:

The events that shaped Brazil's history in 1964 took place against the backdrop of the Cold War. Ideological strategies were skillfully planned and implemented to serve the external interests of US hegemony and the power projects of national groups. In this context, fear and terror were universalized feelings. Anti-communism was exploited and used as a tool of legitimization not only in the deposition of President João Goulart in 1964, but throughout the military regime (1964-1985) with the application of the National Security Doctrine, which was

¹ Possui graduação em Direito (2000) e em História (2001), mestrado (2004), doutorado (2010) e pós-doutorado em Educação (2015) pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É mestre em Psicologia (2024) pela UFG. É pós-doutor em História (2019). É professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás. O campo de atuação abrange os seguintes temas: identidade, poder, formação e profissionalização docente.

supposed to take precedence over values such as freedom and social welfare. Thus, this article aims to reflect on the process of appropriating fear and terror for the formulation of the National Security Doctrine during the Military Regime as a tool for legitimizing the exercise of power.

Keywords: Cold War. Fear. National Security Doctrine.

Considerações iniciais

A utilização das armas nucleares pelos Estados Unidos contra o Japão em 1945 determinou o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ao mesmo tempo em que abria uma nova etapa da história global. Conforme Paul Kennedy (1989), o uso das bombas atômicas lançou dúvidas sobre a viabilidade da humanidade caso uma guerra entre grandes potências viesse a ser travada. Para o autor: “[...] a devastação causada em Hiroshima, juntamente com a queda de Berlim ante o exército vermelho, não só simbolizou o fim de outra guerra, mas também marcou o início de uma nova ordem nos assuntos mundiais” (Kennedy, 1989, p. 342).

O novo contexto da ordem global é chamado como Guerra Fria. Azevedo (1997) e Sidnei Munhoz (2004) explicam que essa expressão foi empregada a partir de 1947 para denominar a existência de uma guerra não declarada envolvendo Estados Unidos e União Soviética. Ela é caracterizada pelo estado constante de hostilidade nas relações internacionais sem assumir a forma de conflito aberto e esteve presente entre 1945, com o encerramento da Segunda Guerra Mundial e a desagregação do mundo soviético (1989-1991). Odd Arne Westad (2007) reforça essa definição ao ensinar que Guerra Fria refere-se ao período em que o conflito global entre os Estados Unidos e a União Soviética dominou as relações internacionais, aproximadamente entre 1945 e 1991.

Existe uma rica produção historiográfica sobre esse assunto. Sidnei Munhoz (2004) identifica três, entre as correntes analíticas que versam sobre a guerra fria: 1) a ortodoxia norte-americana; 2) a ortodoxia soviética; 3) o revisionismo.

Os historiadores associados à primeira linha responsabilizam a URSS pela Guerra Fria. Para essa corrente analítica, a posição soviética de não se retirar das regiões ocupadas durante a Segunda Guerra transformou países em satélites, como a Polônia, a Hungria, a Romênia, a Bulgária, a Tchecoslováquia, e por breve período a Iugoslávia.

A *ortodoxia* norte-americana (também conhecida como tradicionalista) foi influenciada principalmente pela análise enunciada por George Kennan em seu *Longo Telegrama* (1946) e em *Sources of Soviet Conduct* (1947). Essa corrente expressa a visão da diplomacia norte-americana, responsabilizando a União Soviética pela Guerra Fria, em decorrência de recusar-se a sair dos territórios conquistados pela

força. Exemplificam essa tendência, entre outros, William Mc-Neill, Herbert Feis e Arthur Schlesinger Jr. Nessa perspectiva, os conflitos ocorridos entre Estados Unidos e União Soviética eram inevitáveis, uma vez que a postura agressiva soviética era inerente ao regime comunista e ao seu projeto de dominação mundial (Munhoz, 2004, p. 264).

A segunda corrente, a ortodoxia soviética, caminha no sentido inverso da primeira. Afirma que a Guerra Fria foi fruto da agressividade imperialista dos EUA, um resultado da luta de classes, das forças reacionárias ocidentais que tentaram de todas as formas retirar da URSS sua esfera de influência, e da mesma forma sabotaram as iniciativas soviéticas em busca da coexistência pacífica.

Na terceira edição da *Great Soviet Encyclopedia*, editada por A. M. Prokhorov, Guerra Fria aparece como um termo criado para designar a política reacionária e agressiva ocidental em relação à União Soviética, outras nações socialistas e às nações que lutavam pela paz, pela independência, e pelo socialismo (Munhoz, 2004, p. 265).

A terceira corrente historiográfica, a revisionista, destaca as questões econômicas e ideológicas que influenciaram a política externa dos Estados Unidos, contestam a perspectiva ortodoxa norte-americana, indicando erros na interpretação da conduta interna e na compreensão das metas internacionais soviéticas.

Os revisionistas entendem que a União Soviética não pode ser responsabilizada pelo início dos conflitos. Para eles ao fim da guerra emergiram duas nações vencedoras, mas enquanto os Estados Unidos estavam em pleno vigor, a União Soviética estava arrasada. Consequentemente, a principal meta soviética era reconstruir o país e criar uma zona de proteção para evitar novos ataques. Nessa perspectiva, a União Soviética não se constitui em uma ameaça real à segurança da Europa Ocidental, como afirmam os historiadores ortodoxos. Os revisionistas defendem a tese de que, via de regra, a ação soviética era defensiva, reagindo à postura agressiva adotada pela diplomacia norte-americana. Devem ser destacados como expoentes dessa corrente historiográfica William A. Williams, Walter LaFeber, Gabriel Kolko Lloyd Gardener e Gar Alperovitz (Munhoz, 2004, p. 265- 266).

Em um ambiente de divergências e enfrentamentos ideológicos globais, os países de diferentes regiões eram pressionados para assumirem suas posições no tabuleiro da geopolítica. A luta contra a ameaça comunista, o medo potencializado contra os inimigos internacionais, eram estratégias ideológicas necessárias que legitimavam a coesão nacional nos países ocidentais e a instalação de governos, que contraditoriamente, amiúde assumiam posturas autoritárias em nome da proteção da democracia.

A era do medo

Nas leituras sobre a Guerra Fria, com destaque para os trabalhos de Vizontini (2004), Hobsbawm (1995), Levi (1991) e Kennedy (1989), é possível identificar, como traço marcante do período, a presença do medo. Estimulado, vivido e explorado sob todas as formas, o medo foi uma ferramenta a serviço dos interesses de partidos, empresas e governantes de diferentes regiões do mundo. O poder de destruição e o uso da extrema violência já haviam sido colocados em prática durante a Segunda Guerra. Os horrores dos bombardeios, as execuções em massa, os campos de prisioneiros, o holocausto, os suicídios coletivos e, por fim, a devastação com as bombas atômicas eram marcas de um tempo recente que insistiam em ficar vivas na memória coletiva, preservadas pelo temor de novas desgraças nucleares ainda maiores. Esse sentimento era cuidadosamente mantido e potencializado pelos estrategistas. O medo foi tratado como um recurso eficaz na garantia do poder. Thomas Hobbes, um clássico da filosofia política, aparece com certa frequência nos textos que analisam as circunstâncias e consequências da Guerra Fria.

Em estudo sobre o pensamento de Hobbes, Eunice Ostrensky (2008) demonstra como o medo, especialmente o medo da morte violenta associada à guerra, impulsiona as pessoas à sujeição. Conforme as argumentações do filósofo inglês, na natureza do homem, são encontradas três causas principais da discórdia: a competição, a desconfiança, e a glória. Os homens em estado de natureza, condição que antecede a formação do Estado, seriam amorais, competitivos e vaidosos. Por essas razões a violência e a guerra generalizada seriam uma constante, fosse pelo ganho, pela garantia da segurança e por bagatelas como palavras e sorrisos. Sem os freios da lei, os homens se matariam. “Só haveria inimizade, desconfiança e guerra” (Ostrensky, 2008, p. 196).

Para sair do universo caótico, dessa guerra de todos os homens contra todos os homens, na qual não há lugar para noções de justo ou injusto, de certo ou errado, em que só a força, a fraude e o medo prevalecem, os homens apelam para a razão e recorrem à criação do Estado, por meio do contrato social. O Estado é apresentado como a instância jurídica abstrata, dotada de poder coercitivo para obrigar todos, por meio da punição e da iminência dos castigos, a viver segundo a lei, em paz. O medo do retorno do estado de natureza, o medo da volta da guerra, assegura ao soberano o direito de tudo, “[...] inclusive de matar ou torturar, se necessário, quem descumpriu sua vontade” (Ostrensky, 2008, p. 198).

Ao refletir sobre o período da Guerra Fria (1945-1991), é possível identificar a atualidade do pensamento de Hobbes. O cenário marcado pelo medo da volta do caos e da destruição, numa referência aos traumas da Segunda Guerra, ampliados pelo poder destruidor dos novos armamentos, como as bombas de hidrogênio e os mísseis transcontinentais, serviam aos interesses de poder dos novos soberanos. Quanto maior o medo, maior a disposição das pessoas de aceitar, em nome da segurança coletiva ou da necessidade de preservação da paz, a sujeição ou submissão aos detentores do poder.

Fosse na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, na África ou na América Latina, e nesta deve-se incluir o Brasil, houve a intencional propagação de variados tipos de medos mesmo quando nada indicava sua necessidade, inimigos e conspiradores imaginados, inventados, criados, forjados eram necessários. Situações eram potencializadas, o exagero midiático era necessário, pois, assim, serviam como legitimação para todos os tipos de atitudes autoritárias, fosse no bloco socialista ou capitalista; a tortura, a censura e a morte tornavam-se aceitáveis conforme era declarada a sua necessidade.

A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, 'a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas em um período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida' (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento (Hobsbawm, 1995, p. 224).

Para o Hobsbawm (1995), não existia um perigo iminente de guerra, mas prevalecia um discurso exagerado e um cenário concreto de equilíbrio de forças. Na maior parte do tempo, havia um acordo tácito de tratar a Guerra Fria como uma Paz Fria. Na concepção de Levi (1991, p. 211), os governos das duas superpotências eram verdadeiramente guardiões da paz nuclear. Na visão de Kennedy (1989), a retórica das tensões atendia finalidades internas.

Diante de relativo equilíbrio de forças entre as duas superpotências, avaliando o montante de ogivas e mísseis transcontinentais, Levi (1991) analisa que o relevante era que cada um dos lados, ainda que fosse agredido de surpresa, conservaria um armamento nuclear mais do que suficiente para destruir o adversário. "A paz atômica fundamenta-se sobre a dupla

‘capacidade de resposta’, além de sobre os sentimentos de civilidade e de piedade humanas que certamente os dirigentes de tão poderosas nações não deixariam de ter” (Levi, 1991, p. 211).

Com o fim da Segunda Guerra em 1945, o sentimento antifascista estava ao lado de uma opinião pública mundial voltada para o pacifismo. Segundo Vizentini (2004, p. 74), foi preciso recorrer a mitos e imagens “[...] que desarticulassem essa corrente e condicionassem a população a uma visão maniqueísta. A “ameaça soviética” e a “defesa do mundo livre” constituíam esses mitos mobilizadores e legitimadores da nascente Guerra Fria”. A sustentação desse status internacional, de um permanente espectro de guerra, dependia de uma retórica apocalíptica que estimulava o permanente medo.

Na avaliação de Kennedy (1989), não existe dúvida de que grande parte dessa retórica tinha finalidades internas nos Estados Unidos e em outros lugares como a Grã-Bretanha, Itália, França “[...] e em qualquer lugar onde fosse útil às forças conservadoras invocar essa linguagem para desacreditar seus rivais, ou para atacar seus próprios governos por serem tolerantes com o comunismo” (Kennedy, 1989, p. 356). Da mesma maneira o autor destaca o uso desse cenário por parte das autoridades soviéticas. A noção de que o país estava cercado de inimigos por todos os lados, vítima de permanentes investidas dos inimigos do comunismo, justificava um quadro de constante alerta interno e perseguição de dissidentes. Contrariar as determinações do governo era ir contra os ideais da Revolução, tal como evidenciava um comportamento colaboracionista com os inimigos globais.

Assim, as exigências externas e internas da Guerra Fria podiam alimentar-se mutuamente, disfarçadas ambas pelo recurso aos princípios ideológicos. Liberalismo e comunismo, sendo ideias universais, eram “mutuamente exclusivos”; isso permitia a cada um dos lados compreender, e retratar, todo o mundo como uma arena na qual a luta ideológica não se podia separar da vantagem política e de poder. Ou se estava com o bloco liderado pelos americanos, ou com o bloco soviético. Não havia meio termo, na era de Stalin e Joe McCarthy, era imprudente pensar haver. Era essa a nova realidade estratégica, a que não apenas os povos de uma Europa dividida, mas também os da Ásia, Oriente Médio, África, América Latina e outros teriam de ajustar-se (Kennedy, 1989, p. 356).

O ajustamento do qual trata o autor, também chamado de alinhamento, é uma exigência das duas superpotências e projeta-se sobre os países presentes em suas respectivas áreas de influência. Na América Latina, região sob hegemonia dos Estados Unidos, as circunstâncias globais encontram-se em permanente interação com realidades locais. Neste sentido, os medos construídos ao longo do século XX, destacadamente potencializados durante a Guerra Fria, colaboram com a implantação de regimes autoritários; contraditoriamente são

instituídas ditaduras dispostas ao fiel alinhamento e ao combate em defesa do mundo livre, e que atendem simultaneamente aos interesses de setores dirigentes internos (de cada país) e às expectativas norte americanas.

No Brasil, a apropriação desses medos viabilizou a formulação da Doutrina de Segurança Nacional sistematizada ao longo do século XX, utilizada por governos com perfis autoritários, especialmente potencializada durante o Regime Militar (1964-1985) como ferramenta de legitimação no exercício do poder.

A Escola Superior de Guerra (ESG)

As concepções sobre Segurança Nacional ganharam, na segunda metade do século XX, novos contornos sem necessariamente romper com a tradição já existente. Entre as inovações, esteve o conjunto de estudos sistematizados pela Escola Superior de Guerra (ESG). Esta foi fundada quatro anos depois do encerramento da Segunda Guerra Mundial pela Lei Nº 785 em agosto de 1949. Ela é definida como instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional (art. 1º, Lei 785/1949).

A instituição esteve ativamente envolvida nas articulações que provocaram a desestabilização e queda de João Goulart em 1964. Conforme Alves (1989), o empenho da ESG em tornar-se um centro de preparo e qualificação intelectual de seus quadros permitiu que fosse conhecida como “Sorbone” em referência à universidade de Paris. Como centro de pesquisas, deveria elaborar estudos que pudessem sugerir políticas ou nortear decisões a serem colocadas em prática por órgãos competentes da administração pública.

A participação de efetivos brasileiros na Segunda Guerra em terras europeias ao lado das forças aliadas permitiu uma maior interação entre militares brasileiros e norte-americanos. As circunstâncias da guerra e os esforços em conjunto revelaram contradições explícitas: por um lado, a fragilidade material das tropas brasileiras, incluindo aspectos mais básicos como fardamento e lençóis, e por outro lado, a abundância de recursos e equipamentos disponibilizados aos estadunidenses, inclusive cedidos aos brasileiros.

O estreitamento dessas relações foi mantido mesmo depois do fim da guerra, abrindo espaço para garantir uma maior influência dos EUA sobre militares brasileiros, segundo uma

habilidosa estratégia de hegemonia. Eliézer Rizzo de Oliveira (1987) explica que, os Estados Unidos, neste contexto “[...] abriram suas escolas militares aos oficiais brasileiros (e igualmente a militares de vários outros países vizinhos, para ficarmos apenas no âmbito de América Latina), em níveis de aperfeiçoamento ou de Estado Maior” (Oliveira, 1987, p. 57).

Mediante um programa previamente elaborado, havia o objetivo de inculcar nestes militares os fundamentos do *american way of life* e de ganhar-lhes a convicção de que, ao voltarem aos seus países de origem, deveriam engajar-se no sentido de seus governos aceitarem a hegemonia americana como boa e natural, ao menos como inevitável (Oliveira, 1987, p. 58).

Esse processo não foi acompanhado da mesma forma por todos os comandantes militares brasileiros, havendo debates, e oficiais como Horta Barbosa e Estillac Leal demonstravam posturas nacionalistas, divergindo dos oficiais defensores do alinhamento internacional.

A ESG foi fundada com inspiração ou influência direta da *National War College* criada nos EUA em 1946. A contribuição norte-americana deu-se inclusive com a vinda de uma missão com o objetivo de orientar a criação da Escola brasileira. Gurgel (1975) salienta que apesar da ESG seguir o molde da instituição que serviu de fonte inspiradora, ela não é uma mera cópia ou uma transposição mecânica. A esse respeito, diferentemente da escola americana, a ESG se dispôs a incluir “estagiários (alunos) civis, oriundos dos setores governamentais (Ministérios, autarquias, etc.) dos demais Poderes e organizações profissionais, com a condição de que fossem de nível universitário ou equivalente” (Oliveira, 1976, p. 21-22). Poderiam ingressar em seus quadros oficiais de comprovada experiência e aptidão, pertencentes às forças armadas, e civis de notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional (art. 5º Lei 785/1949).

Shiguenoli Miyamoto (1995), em seu trabalho *Geopolítica e Poder no Brasil*, avalia que a ESG foi um laboratório ideológico das forças armadas e principal responsável pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional. Para o autor, o fim da Segunda Guerra contribuiu para criar o clima favorável para o surgimento de uma instituição aglutinadora da elite militar, mas avalia que a doutrina ali formulada não era bem original. A concepção esguiana “[...] apenas ordenou, ampliou, e sofisticou as linhas centrais do pensamento de Góes Monteiro” (Miyamoto, 1995, p. 79). Outro nome importante na história da instituição e na elaboração de seus fundamentos conceituais foi o General Juarez do Nascimento Fernandes Távora, envolvido com o tenentismo e um dos protagonistas da Revolução de 1930, foi o

segundo comandante da ESG entre os anos de 1952 e 1954. Ela também buscou inspiração no lema “Ordem e Progresso,” vindo do positivismo comtiano e no pensamento de autores autoritários como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Por outro lado, esteve presente uma nova geração de autores, como Golbery do Couto e Silva, João Baptista Magalhães e Aurélio Lyra Tavares, envolvidos pelo clima da Guerra Fria e pela crença no inevitável confronto entre ocidente democrático e o comunismo.

Com as circunstâncias proporcionadas pela guerra da Coreia, promoveu-se uma mudança de foco nos estudos sobre a Segurança Nacional conduzidos pela ESG. Diante da guerra em curso na Ásia, discutia-se prioritariamente como o país poderia agir de acordo com suas reais possibilidades. Igualmente era necessário debater sobre as estratégias a serem adotadas para proteger a nação contra os inimigos, declaradamente os comunistas.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN)

A Segurança Nacional é uma atribuição fundamental do Estado. Para Silva (1997), refere-se a permanente necessidade de “[...] assegurar a integridade e a soberania do Estado contra toda violência estrangeira, e a garantir as demais instituições civis do país, em respeito às leis e à ordem interna” (Silva, 1997, p. 188). Consiste em prover a integridade do território, a proteção da população e a preservação dos interesses nacionais contra ameaças e agressões. Para o autor, os problemas relativos à Segurança Nacional incluem discussões sobre a manutenção da paz entre as nações, mas também inclui reflexões sobre aspectos internos, como a manutenção da ordem e paz social. Nas mais diversas circunstâncias, o Estado pode fazer uso da diplomacia ou do seu poder econômico, militar e político. Segundo Nilson Borges (2003):

[...] já em 1930 apareciam nos discursos militares, principalmente nas palavras do General Góes Monteiro, a expressão segurança nacional. Segundo ele, o Estado deveria ‘estabelecer, em bases sólidas a segurança nacional, com o fim sobretudo, de disciplinar o povo a obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade pública, adotando os princípios da organização militar (Borges, 2003, p. 20).

Recorrendo a explicações apresentadas por militares estadunidenses, Távora (1983) define Conceito de Segurança Nacional como o “[...] maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, contra ação adversa de fatores internos e externos” (Távora, 1983, p. 14).

Jorge Boaventura (1987), jornalista e professor universitário, membro do corpo permanente da ESG explica que para compreensão da DSN o primeiro passo é assimilar o conceito de doutrina. Segundo o autor “Doutrina é um conjunto ordenado de ideias distribuídas pelo seu conteúdo em valor e conceitos, em normas, em métodos e em processos” (Boaventura, 1987, p. 46). Conforme a Doutrina Básica da ESG (1979), a Doutrina “[...] busca o dever ser, envolve um julgamento de valor. À Doutrina interessa o aperfeiçoamento da sociedade: é normativa” (ESG, 1979, p. 17). O texto arremata afirmando que ela está presa a valores que adota.

O conteúdo da Doutrina é composto por: 1) conceitos, que permitem a uniformização da linguagem e do entendimento entre aqueles que os elaboram e seus aplicadores; 2) normas, que devem ser consideradas no plano do dever ser; 3) métodos e processos, que permitam o alcance de objetivos com eficiência, e 4) valores, convicções éticas dominantes na cultura nacional. A doutrina da ESG “[...] parte do princípio de que toda ação racional pressupõe dois elementos: fins a atingir e meios a empregar. Assim ocorre em todos os níveis de atividades, desde as ações individuais às altas decisões do Estado” (1979, p. 19). Na relação entre fins e meios, os autores da ESG explicam que os fins da Nação devem ser assimilados como Objetivos Nacionais e os meios estão vinculados ao Poder Nacional. Quanto maior a integração nacional, quanto mais sólidos forem os valores nacionais, quanto mais coesa for a nação, maior será o Poder Nacional e, dessa maneira, mais capaz a nação estará para alcançar seus objetivos.

Em uma conferência proferida em 23 de março de 1953, Juarez Távora (1983) apresenta a definição do conceito de Poder Nacional da seguinte maneira:

Tentaremos definir - "Poder Nacional", como a expressão integrada dos meios de toda a ordem de que a Nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito de antagonismos existentes. Este poder apoia-se, antes de tudo, nos recursos naturais do país, isto é, em sua base geográfica já que as condições favoráveis de clima, de posição, de população, de reserva de matérias-primas e outros fatores geográficos condicionam o desenvolvimento adequado do poder nacional. Mas, conforme veremos através das próximas Conferências, o poder nacional fundamenta-se também em fatores políticos, psicossociais, econômicos e militares, nem todos necessariamente derivados da base geográfica (Távora, 1983, p. 11).

Conforme a ESG, os interesses, aspirações e objetivos podem ser individuais, grupais e nacionais. A nação é apresentada como grupo social de dimensão trans temporal, de elevada complexidade cultural e que desenvolve interesses e aspirações. Seguindo o documento oficial,

os interesses nacionais são opcionais, quando repousam em valores renováveis; e vitais: quando estes não são assegurados, a nação sofre com a possibilidade de desintegração.

Os Objetivos Nacionais “[...] são a cristalização de interesses e aspirações que, em determinada fase de sua evolução cultural, a Nação busca satisfazer” (ESG, 1979, p. 29) e são classificados em Objetivos Nacionais Permanentes (ONP): integridade territorial, integração nacional, Democracia, progresso, paz social, soberania; e Objetivos Nacionais Atuais (ONA). Os primeiros são aqueles que representam interesses e aspirações vitais, giram em torno do bem comum e representam os pontos centrais da vida comunitária. Para sua realização, dois aspectos são fundamentais: segurança e desenvolvimento. Os ONAs possuem caráter conjuntural, intermediário e com vistas a se alcançar os ONPs.

A segurança aparece na DSN como conceito fundamental, sendo parte dos interesses vitais e uma pré-condição para o bem comum e para o alcance dos Objetivos Nacionais Permanentes, sem a qual a nação poderia ser desagregada. Boaventura (1987, p. 45-46) explica:

Segurança para nós é um *estado* que se constitui *num direito* das pessoas, das nações, da coletividade das nações. Por que eu digo *estado*? Porque é uma *sensação* da qual depende, em grande parte, o nosso bem-estar. Ninguém pode se *sentir* bem e feliz num ambiente que supõe inseguro, incerto, porque de imediato as sensações de insegurança e incerteza conduzem à inquietação e à dúvida, às preocupações que em nada contribuem para a felicidade dos indivíduos, das nações ou do conjunto das nações.

O autor promove uma distinção conceitual valorizando a diferença entre segurança e defesa: “[...] a segurança é encargo de todos. É que sendo ela abrangente como é, complexa como é, multiforme como é, não se confunde com o conceito de defesa” (Boaventura, 1987, p. 46). Enquanto a defesa é um conjunto de decisões e atos, portadora de uma expressão militar, a segurança é um conceito amplo, que pode inclusive abranger aquela, quando houver a necessidade de atos de defesa. Em relação à definição da ESG, compreende-se que:

Segurança é uma necessidade básica das pessoas e dos grupos humanos e um direito inalienável do homem e das nações. A palavra Segurança apresenta, assim, num mundo conturbado, um valor extraordinário sob qualquer prisma com que seja apreciada: religioso, filosófico, antropológico, sociológico, jurídico ou político (ESG, 1979, p. 185).

A segurança pode ser: 1) individual, quando assegura aos indivíduos a solução de problemas seus como saúde, educação e proteção contra o crime; 2) comunitária, quando assegura a estabilidade nas relações políticas, econômicas e sociais; 3) específica, numa

referência às diversas expressões que integram o Poder Nacional, preserva as respectivas capacidades de ação com o propósito de superar suas limitações; 4) nacional, que resulta da combinação de todas as demais formas, pode ser encarada como uma situação da nação, e 5) coletiva ou internacional, que é pensada em razão da anterior. Pelo exposto, a Segurança Nacional é a prioridade maior dos diferentes esforços empenhados em todos os aspectos da segurança, seu alcance é uma atribuição do Estado, mas não exclusivamente sua, a responsabilidade por ela é de toda a Nação, exigindo, portanto, a cooperação de todos os seus cidadãos.

Segurança Nacional é a garantia que, em grau variável, é proporcionada à Nação, principalmente sob a égide do Estado, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos e pressões existentes ou potenciais (ESG, 1979, p. 190).

Para os responsáveis pela sistematização conceitual da ESG, a noção de segurança passa pela garantia, proteção ou tranquilidade em face de ameaças às pessoas, às instituições e aos bens essenciais. Na análise de Héctor Luis Saint-Pierre (2007), segurança, num sentido objetivo, mede a ausência de ameaças, “[...] daí o conceito de ‘ameaça’ seja definicionalmente fundante e operativamente anterior ao de segurança” (Saint-Pierre, 2007, p. 61). Em análise etimológica, o autor explica:

[...] ‘ameaça’ deriva da palavra latina *minacia*. Pode significar: 1) palavra ou gesto intimidativo; Promessa de castigo ou malefício; 3) Prenúncio ou indício de coisa desagradável ou terrível, de desgraça, de doença. Em todos os casos é algo que indica, que mostra, que anuncia ou prenuncia um dano, uma desgraça. Não é a própria desgraça ou dano, mas seu anúncio, seu indicativo, seu sinal (Saint-Pierre, 2007, p. 62).

A ameaça é constituída segundo uma determinada percepção. Não sendo uma agressão em si mesma, ela gera um quadro de alerta e de consciência que permite ao ameaçado tomar as medidas preventivas para se proteger da agressão potencial anunciada. Quando a ameaça é externa, o debate sobre a Segurança Nacional passa por reflexões sobre segurança coletiva, própria das relações internacionais e incorpora a definição de estratégias que combinam esforços de grupos de países. Quando o antagonismo se manifesta ou produz efeitos no âmbito interno do país, o problema é de Segurança Interna.

A noção de ameaça acompanha a construção do pensamento esguiano, pois é diante dela que se sistematiza o esforço em prol da Segurança Nacional. Quanto maior fosse a

sensação, ou a percepção da ameaça, maior seria o grau de comprometimento e empenho de recursos e ações em favor da segurança. Em nome desta, o Estado e seus agentes poderiam agir com pouca ou nenhuma restrição. A edificação de um Estado forte, centralizado e de perfil autoritário é legitimada, junto à opinião pública, como uma necessidade diante do inimigo que oferece perigo. Se a ameaça não existia enquanto realidade concreta, foi preciso potencializá-la no campo do discurso, chegando mesmo ao extremo de uma fala apocalíptica como estratégia ideológica. O medo passou a ser uma ferramenta útil sob todos os aspectos e, nesse sentido, ganhou relevo a obra de Golbery do Couto e Silva.

Golbery do Couto e Silva e a Doutrina de Segurança Nacional

Neste trabalho, procurou-se identificar as contribuições de Golbery do Couto e Silva, destacando sua obra *Geopolítica do Brasil*, publicada em 1967, mas que reúne textos escritos desde 1952. Aqui a obra de Golbery não é interpretada como referencial bibliográfico, mas como um documento histórico cuja análise é relevante para compreensão das concepções ideológicas que guiaram a ESG e o próprio Estado durante o Regime Militar. Elio Gaspari (2002) chama Golbery de “o Bruxo”, e o apresenta como possuidor de uma personalidade discreta e controversa que auxiliou na implantação, na sustentação e no processo de abertura e encerramento do regime militar.

Em 1937, quando Capitão, Golbery serviu na secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. Em 1941, ingressou na Escola de Estado Maior do Exército e, em 1944 estagiou nos EUA na *Fort Leavenworth War School*. Em seguida, atuou na Força Expedicionária Brasileira (FEB) como oficial de inteligência, e em 1952, já como Tenente-Coronel, foi nomeado adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, responsável por pesquisas no campo da segurança nacional e suas estratégias.

Para compreender o trabalho de Golbery, é preciso contextualizá-lo como militar e intelectual que pensou as circunstâncias geopolíticas, sociais, econômicas e ideológicas presentes no século XX. Apesar de ser uma obra produzida e publicada na segunda metade do século, o trabalho carrega a influência das primeiras décadas, especialmente as preocupações relativas aos enfrentamentos bélicos. Seu foco não era totalmente sem razão. O primeiro capítulo da obra de Hobsbawm (1995), *A Era dos Extremos*, tem como título *A Era da Guerra Total*, que destaca a importância da guerra como um marco na história do século XX.

A dimensão do confronto iniciado com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) era de tamanha proporção, que estabeleceu uma ruptura com o passado: “‘Paz’ significava ‘antes de 1914’: depois disso veio algo que não mais merecia esse nome” (Hobsbawm, 1995, p. 30). O intervalo entre 1918 e 1939 não representou o estabelecimento da paz, apesar dos esforços daqueles já exaustos pelos quatro anos de devastação. Em 1939, o ataque alemão contra a Polônia deflagrou uma nova etapa ainda mais duradoura (1939-1945) e, por força das novas possibilidades científicas e tecnológicas, mais destruidora. Milhões de mortos, cidades em ruínas, países arrasados, o impacto da explosão das bombas nucleares, o desejo de paz comungado pelos povos contrastando com o início da guerra fria, a bipolaridade, as novas tensões pós 1945 e os interesses de poder globais. É nesse quadro que a obra de Golbery do Couto e Silva (1967), *Geopolítica do Brasil*, pode ser situada e melhor compreendida.

Logo na introdução do texto, Silva (1967) retoma os estudos de Thomas Hobbes, apontado como responsável pela interpretação do Estado Soberano como o novo Leviatã, de poderio absoluto, surgido do medo para promover a segurança individual e coletiva.

[...] em Hobbes encontrariam ao seu inteiro dispor, os defensores do autoritarismo mais rigoroso- todos os despostos futuros, esclarecidos ou não; os senhores da guerra; os novos Césares, no tumulto de suas ambições insofridas; as minorias usurpadoras e tirânicas- inteiramente modelada, em linhas inflexíveis e rigorosas, a teoria que lhes absolveria os desmandos e lhes encobriria os caprichos insanos, enquanto se pudessem manter, pelo poder da coação, como governos de fato (Silva, 1967, p. 7-8).

Para Silva (1967), Hobbes é o patrono das modernas ideologias políticas que ameaçam o mundo ainda pautado pelas tradições liberais defensoras das liberdades individuais e da democracia. Segundo ele, as mitologias totalitárias tanto de direita quanto de esquerda, provocam a angústia e a insegurança, alimentam o ideal de um Estado-Universal. “E esse que está por vir será o Leviatã supremo, o Superleviatã, senhor absoluto e incontestável da Terra e do espírito humano” (Silva, 1967, p. 9). A insegurança generalizada torna-se útil, pois abre caminho para que esses propósitos possam vir a ser uma realidade estabelecida.

A insegurança do cidadão dentro de cada nação e a insegurança de uns Estados em face dos outros, a visão onipotente da guerra- guerra civil ou guerra subversiva ou guerra internacional- dominam o mundo de nossos dias e explicam por si sós, essa ânsia neurótica com que os indivíduos- desamparados, as multidões- em pânico, os povos desiludidos e aflitos, a humanidade, enfim, se ergue e se lamenta e se debate, disposta até a escravizar-se a quaisquer senhores e a quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam, num prato de lentilhas, um pouco de segurança e de paz. E, assim acaba ou acabará afinal por perder, com a liberdade traída, a própria segurança por que tanto almejava (Silva, 1967, p. 9-10).

Ao fim da Segunda Guerra, muitas eram as expectativas e apreensões. Havia por um lado o desejo de entendimento duradouro, de autopreservação dos povos, de estabelecimento da diplomacia e do diálogo, assim como preocupações com o futuro da humanidade. Nesse sentido, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU) em outubro de 1945 com o objetivo de manter a paz, a segurança internacional e a cooperação entre os povos. Por outro lado, como resultado “[...] de experiências acumuladas, a suposição de um novo malogro na convivência pacífica impulsionava os Estados à busca de condições crescentemente acauteladoras para seus interesses” (Gurgel, 1975, p. 27). Afirma o autor que a situação era de uma dualidade de perspectiva: “[...] a paz, por que tanto se ansiava, mas em cuja consolidação pouco se acreditava, ou, novamente, outra guerra, que não se desejava, mas cujo advento se admitia” (Gurgel, 1975, p. 27).

De acordo com Oliveira (1976, p. 22), os oficiais brasileiros que serviram na FEB voltaram da guerra compartilhando a noção da proximidade ou da inevitabilidade de um novo conflito total entre os blocos ocidental, sob a hegemonia dos Estados Unidos, e oriental, sob a liderança da União Soviética. Conforme as circunstâncias, Golbery acreditava que a guerra era iminente. Em um exercício que conjugava as novas possibilidades tecnológicas do setor militar e uma imaginação apocalíptica, ele fala sobre a guerra total que não respeitaria limites geográficos, nem seria travada apenas por militares, mas por todos os homens, de todas as idades, de todas as profissões e religiões, uma guerra global e permanente, envolvendo e oprimindo a todos “[...] guerra política, econômica, psicossocial, e não só militar, [...] vem acrescer ao velho dilema entre Liberdade e Segurança um colorido profundamente trágico” (Silva, 1967, p. 12). Pelo exposto, pode-se avaliar que nesse cenário belicoso, apresentado pelo autor como catastrófico, quanto maior o desejo por segurança, menor importância é atribuída ao exercício da liberdade.

[...] quando as novas armas saídas, incessantemente, dos laboratórios de pesquisa-as bombas atômicas, as superbombas de hidrogênio e cobalto, os teleguiados de alcance intercontinental, os satélites artificiais que já cruzam os céus, anunciando as plataformas giratórias do futuro de onde poderão ser lançados ataques inopinados, demolidores esquivos- passam a ameaçar a humanidade inteira, em uma loucura coletiva, de aniquilamento e de morte. Essa é a guerra- total, permanente, global, apocalíptica- que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada. E só nos resta, nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela, com determinação, com clarividência e com fé (Silva, 1967, p. 12).

Conforme as considerações de Golbery, o Ocidente, ancorado na Europa ocidental e nos EUA, encontrava-se sob a intimidação terrível do comunismo. A dimensão antidemocrática, anticristã, totalitária e imperialista desse regime representaria, em sua avaliação, uma ameaça incomparável com qualquer outra já existente no passado. As ameaças eram diversas e a guerra era apresentada como a pior delas.

O autor analisa as diferentes possibilidades de guerras. Primeiro, ele aponta a *guerra geral*, que pode ser total e atômica, ou total, mas de intervenção nuclear estratégica, um conflito apocalíptico em face do duelo atômico. Sobre seu eventual início, “[...] tudo leva a crer que o desencadeamento brutal de uma guerra atômica irrestrita só possa surgir por decisão fria e calculista dos senhores absolutos do Kremlin” (Silva, 1967, p. 238). Recorrendo ao exemplo da Guerra da Coreia, o autor menciona a possibilidade das *guerras limitadas*, travadas com tecnologias convencionais, sem o necessário emprego de artefatos nucleares, apesar da sua disponibilidade. São citadas ainda as *guerras localizadas* nas quais os verdadeiros contenedores se escondem por detrás dos inimigos efetivos, o que, segundo Golbery, constituía-se em uma típica estratégia adotada pela URSS e pela China. Outra forma de confrontação belicosa colocada em prática pelos comunistas era a *guerra subversiva, insurrecional ou social revolucionária*.

Outra técnica haveria de ser empregada para atuação mais no interior do sistema defensivo do Ocidente. E, nesse particular, é que a ideologia comunista cumpre seu papel capital de ponta de lança impalpável e insinuante, no mobilizar uma minoria disciplinada e fanática de profissionais da revolução, no criar um ambiente de agitação e tumultos, no aprofundar todas as dissensões e explorar todos os ressentimentos, no insuflar constantemente o ódio em relação ao Ocidente, tudo de modo a promover, na primeira oportunidade favorável, a irrupção, conforme o caso, de um golpe de Estado - como no Iraque - ou de uma insurreição de massas - como na Indochina (Silva, 1967, p. 242).

A guerra local tal como a guerra subversiva ganham importância pelo risco suicida das condições nucleares. Para Golbery a subversão é uma modalidade de guerra que configura a ação indireta do comunismo, explora a cega disciplina dos partidários, aproveita cinicamente todos os oportunismos, explora as inquietações, ressentimentos e ódios antigos presentes no interior dos países onde se pretende agir. Ela “[...] constitui a fronteira imprecisa entre a guerra propriamente dita, caracterizada pela entrada em ação das forças armadas, e a *‘guerra fria’* (Silva, 1967, p. 243). Para o autor, o Ocidente é particularmente vulnerável a esse tipo de guerra, pois seu regime democrático é aberto à infiltração da propaganda comunista, e o respeito à consciência individual, e à dignidade da pessoa humana impede uma ação repressora eficaz.

Com base nas noções formuladas por Golbery de guerra total, e da inevitabilidade do confronto, cada país deveria assumir uma posição específica no mapa da guerra. Na América Latina, a ênfase deveria recair sobre a segurança interna tendo em vista a possibilidade de ação indireta do comunismo.

[...] enquanto os teóricos americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e a estratégia nuclear, e os franceses, já envolvidos na guerra da Argélia, concentravam suas atenções na guerra limitada como resposta à ameaça comunista, os latino-americanos, preocupados com crescimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária (Alves, 1989, p. 33).

De acordo com o conceito de segurança interna, a ameaça comunista não estaria apenas no plano internacional ou externo, mas estaria em atividade dentro dos países ocidentais, conduzindo planos soviéticos de expansão imperialista, violando de forma sutil ou secretamente a soberania das nações livres e democráticas.

Conforme os defensores dessa noção, os agentes soviéticos infiltravam-se nas fronteiras dos países, especialmente os subdesenvolvidos como o Brasil, e passavam a atuar junto às instituições, grupos e classes sociais, recorrendo a meios ideológicos de convencimento das pessoas, atraindo simpatizantes e cooptando colaboradores que ativamente agiriam no atendimento dos interesses da superpotência. Esses agentes estariam infiltrados nas igrejas, sindicatos, movimento estudantil, no campo e até nas forças armadas. Sua missão era provocar a desestabilização dos regimes democráticos e abrir caminho para chegar ao poder fosse por meio de eleições ou revoluções que permitissem a instauração do regime comunista. Neste caso, o “[...] comunismo é tomado como um inimigo << interno >> que manipula e potência as tensões sociais próprias do estágio de desenvolvimento do Brasil” (Oliveira, 1976, p. 22).

Agindo estrategicamente e usando pessoas dos próprios países que sofriam sua investida, a URSS evitava o enfrentamento nuclear e, ao mesmo tempo, expandia suas zonas de hegemonia. O caso da Revolução Cubana, mesmo que não correspondesse com a verdade dos acontecimentos, foi apresentado como um exemplo desse tipo de conduta. Oliveira (1976) relata que, conforme os pensadores esguianos, no caso brasileiro, os comunistas agiam aproveitando: 1) do despreparo e ineficiência das elites políticas; 2) da inadequação das estruturas políticas e instituições governamentais; 3) da ingenuidade política e das características culturais do povo brasileiro; 4) das contradições econômicas e sociais. A atuação desses agentes representava uma agressão interna, que colocaria a segurança nacional em risco

e que violaria a soberania brasileira, deveriam ser identificados, inclusive seus colaboradores nacionais e contidos, inclusive com o uso da força.

Na Doutrina Básica da ESG (1979), é feito, no capítulo que trata da guerra contemporânea, um breve estudo sobre a história das guerras e uma análise mais ampla sobre o conceito de guerra e seus diferentes tipos. Do ponto de vista histórico, afirma-se que “[...] não seria de todo absurdo dizer-se que foi a guerra que gerou a história” (ESG, 1979, p. 199). Sem se deter no detalhamento dos acontecimentos, é narrada a evolução das guerras passando pela Idade Antiga, pela Revolução Francesa, pela Era Napoleônica, pelas contribuições da Revolução Industrial, pela Primeira e a Segunda Guerras, chegando até a segunda metade do século XX, momento em que os responsáveis pelo texto, destacam a guerra indireta. “Dentro da ênfase à filosofia da estratégia indireta, preventiva da hecatombe nuclear, a guerra revolucionária comunista e a guerra convencional limitada crescem de importância em uma escalada nunca vista anteriormente” (ESG, 1979, p. 201).

Para a ESG, os países em desenvolvimento encontram-se, pela escassez de recursos, mais vulneráveis aos interesses das superpotências. Esses países não conseguiriam, diante de um eventual ataque atômico, nem se defender, nem contra-atacar. Essa situação reforça a necessidade de alianças internacionais que visem à segurança coletiva, traduzindo: o alinhamento por necessidade protetiva aos EUA. Na conceituação de guerra, os autores esguianos destacam a ação indireta como parte da definição da guerra contemporânea:

Mais recentemente, passou-se a apontar a estratégia de ação indireta como ideia chave da guerra contemporânea: um conjunto de ações políticas, econômicas, psicossociais e de apoio logístico, coadjuvadas eventualmente por ações militares e restritas a universos limitados de um só Estado, quase sempre relegado aos estágios do subdesenvolvimento (ESG, 1979, p. 203).

Conforme o documento, existem basicamente dois tipos de guerra: 1) a guerra clássica, nas formas convencional e nuclear; e 2) a guerra não clássica, nas formas insurrecional e revolucionária. A guerra clássica é externa, entre Estados, é declarada e reconhecida por organismos internacionais. A guerra não clássica é aquela que se desenvolve, quase sempre, no universo de apenas um Estado e, assim sendo, consiste na luta violenta pelo poder. Para Alves (1989) pode incluir o conflito armado no interior de um país por partes de sua população, e é definida como guerra de subversão interna, entendida nas palavras de De Plácido e Silva (1997, p. 286), como rebeldia ou revolta contra a ordem ou poder público. São apresentadas duas formas de guerras não clássicas:

Guerra Insurrecional é o conflito interno em que parte da população, auxiliada (ou não) do exterior, se contrapõe a um governo, visando à sua deposição ou pretendendo impor-lhe condições. Guerra Revolucionária é o conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação (ESG, 1979, p. 209).

Na avaliação dos autores do texto, ambas são acompanhadas pela luta pelo poder, a principal diferença entre elas está na questão ideológica que acompanha a guerra revolucionária. “A Guerra Revolucionária Comunista, que a História nos tem mostrado, nestes últimos 60 anos, como fator onipotente de nossos dias” (ESG, 1979, p. 209), que enfocaria principalmente a expansão do comunismo.

De acordo com Alves (1989, p. 39), “[...] o principal problema para o Estado, no combate à estratégia indireta do comunismo, consiste em que, potencialmente, o inimigo está em toda parte”. Como não é possível saber com clareza quem são adversários, por força da natureza ideológica que os define, qualquer um, não importa a idade, o sexo, a profissão, a religião ou qualquer outro traço individual, pode ser um colaborador, associado, cooptado ou simpatizante das causas comunistas e é potencialmente um inimigo, militante da guerra revolucionária, subversivo, uma ameaça para a segurança nacional. Por consequência, isso colocava o Estado e seus órgãos de segurança em constante alerta, levando-os a um exercício de permanente vigilância, policiamento e fiscalização sobre as instituições públicas ou privadas, sobre os órgãos das três esferas da federação e membros dos três poderes, sobre a igreja, universidades e estudantes, sindicatos, partidos ou qualquer outra entidade social.

Se o mundo caminhava para a guerra total ou para os mais variados tipos de guerras, era preciso preparar o Brasil, situado como parte integrante do Ocidente, para os desafios do cenário de devastação que estavam por vir. Era importante mobilizar todos os integrantes da nação, preparando a todos para os desafios e eventuais sacrifícios, era preciso consolidar todos os laços necessários para o fortalecimento da nação, estimulando, por meio das estratégias possíveis, todo o potencial nela contido. Neste ponto, o autor faz uso do conceito de “Poder Nacional” como resultante da “[...] integração de todas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada nação, de toda sua capacidade espiritual e material, da totalidade dos meios econômicos, políticos, psicossociais, que possa reunir para a luta” (Silva, 1967, p. 13).

Era imprescindível preparar internamente a nação para o enfrentamento internacional inevitável. Mais uma vez, o autor recorre ao uso de uma linguagem exagerada, ao declarar que

a fragilidade desse poder ou o seu déficit, diante da força dos inimigos na guerra que se avizinhava, teria como resultado para a nação a derrota, a servidão e a morte. Assim, era preciso garantir a Segurança Nacional por meio da maximização do poder nacional frente às exigências do futuro tenebroso.

A referência usada por Silva (1967), para sistematização do conceito de Poder Nacional, e a necessidade de seu fortalecimento encontrava-se nos ensinamentos do aviador, comandante da força aérea alemã, o ministro nazista Hermann Wilhelm Göring (1893-1946). Quanto maior for o Poder Nacional, mais assegurada estará a Segurança Nacional e esta deve, quando for necessário, sobrepor-se aos anseios individuais, à liberdade e ao bem-estar.

Em certa medida, a noção de que é preciso fortalecer o Poder Nacional, como meio para garantir a Segurança Nacional é parte de uma tradição política e militar alemã, potencializada com ascensão do nacional socialismo. Para Miyamoto (1995), conceito de Poder Nacional tem suas raízes no nazismo e avalia ainda que é comum, nas abordagens teóricas feitas por militares esguianos, a citação de autores germânicos. Entre aqueles que apresentavam definições sobre o tema, sob influência alemã e norte americana, são destacados Augusto Fragoso em 1947, Juarez Távora em 1953, San Thiago Dantas em 1953 e Castelo Branco em 1962, todos na mesma linha adotada por Silva (1967). Dessa forma, as considerações de Golbery precisam ser analisadas como parte de um conjunto de posicionamentos compartilhado por outros nomes importantes do *establishment* militar brasileiro.

Neste quadro, são confundidos soldados e civis, homens, mulheres e crianças nos mesmos sacrifícios e perigos, ficavam obscurecidas a possibilidades de neutralidade. A guerra onipotente induz ao uso de todos os instrumentos e meios de ação, ela reforça o modelo maquiaveliano, no qual os fins justificavam os meios. A garantia da vitória, o alcance dos objetivos nacionais e a preservação da segurança nacional tornam-se prioridades máximas e posicionadas hierarquicamente acima de qualquer outra preocupação; diante do risco da aniquilação, qualquer outro valor se torna secundário ou inútil. Para melhor esclarecimento acerca da pluralidade de uso dos meios, é preferível dar voz ao General Golbery:

Servem-lhe, por isso, tanto as armas exclusivamente políticas- negociações diplomáticas, pressões e intervenções mais ou menos ostensivas (não é a abstenção, por vezes, uma forma de intervenção?), o jogo das alianças e das contra-alianças, os acordos e tratados nas suas cláusulas públicas ou secretas- como as armas econômicas- sanções, empréstimos e investimentos de capital, pressões cambiais, política tarifária e discriminações cambiais, o embargo, o boicote, o *dumping*. Da propaganda e contrapropaganda, das ideologias tentadoras e dos *slogans* sugestivos

para o uso interno ou externo, da persuasão, da chantagem, da ameaça e até mesmo do terror faz uma das armas mais eficazes de seu variado arsenal (Silva, 1967, p. 25).

Diante da amplitude e da complexidade que ganha a guerra, as estratégias de ação, nesse cenário, não poderiam ficar restritas aos militares e deveriam ser formuladas como “[...] uma verdadeira *política de segurança nacional*” (Silva, 1967, p. 25). Caberia ao governo a competência de conduzir segundo um conceito estratégico fundamental, todas as atividades necessárias para a garantia da unidade, da segurança e da prosperidade nacional. Dessa forma, toda a população deveria estar mobilizada com base em diferentes iniciativas para o firme engajamento na luta contra aqueles que ameaçavam a nação.

Considerações finais

É possível sintetizar o pensamento apresentado até aqui, da seguinte maneira: 1) uma nova e terrível guerra mundial entre o Ocidente liberal e o comunismo totalitário encontrava-se no futuro próximo e era inevitável; 2) a guerra moderna internacional atingiria todas as nações e todos os membros de cada nação sem exceções; 3) era preciso ampliar ao máximo o Poder Nacional, mobilizando esforços e estratégias, preparando a nação para assumir em melhores condições sua posição na guerra, 4) a Segurança Nacional deveria ser uma preocupação constante e deveria estar acima de valores como a liberdade e o bem estar social. As falas exageradas de Golbery e da ESG não podem ser analisadas apenas como um exercício literário, mas precisam ser compreendidas como um componente necessário presente na formulação da Doutrina de Segurança Nacional, um argumento de legitimação ideológica na construção de um regime político autoritário e repressor instituído a partir de 1964.

Conforme as noções contempladas pela DSN, quanto maior fosse o Poder Nacional, maior seria a capacidade da nação de alcançar os ONPs, especialmente de prover aos seus membros a segurança diante do assédio de seus inimigos. Para isso, era necessário fomentar a máxima coesão nacional, identificar e reprimir aqueles que ameaçavam a pátria. Era preciso utilizar todos os recursos possíveis, fossem eles jurídicos, econômicos, militares, institucionais, religiosos, entre outros, para superar os possíveis obstáculos que dificultavam sob qualquer aspecto a unidade nacional. Havia a necessidade de garantir a paz social e a unidade, superar as tensões e evitar os conflitos sociais, criando um ambiente político e psicossocial de confiança e crença nos governantes, de otimismo e expectativas positivas com o futuro. A eficácia dos

meios ideológicos em conseguir a aceitação, convencimento e adesão da opinião pública às diretrizes governamentais serve como meio de legitimação e perpetuação da hegemonia daqueles que detinham o poder. A educação ganha particular importância, nesse contexto, na medida em que é um dos campos capazes de contribuir com a formação de valores, conceitos e comportamentos.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1997.

BOAVENTURA, Jorge. A Doutrina de Segurança Nacional. *In*: OLIVEIRA, E. R. de. (Org.). **Militares: Pensamento e Ação Política**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1987, p. 45-52.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42.

BRASIL. **Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949**. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 23 ago. 1949. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/1785.htm. Acesso em: 31 maio 2026.

BRASIL. **Escola Superior de Guerra (ESG)**. Doutrina básica da ESG. Rio de Janeiro: ESG, 1979.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

GURGEL, José Alfredo Amaral. A. **Segurança e Democracia: Uma Reflexão Política Sobre a Doutrina da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: Transformação econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LEVI, Arrigo. **Entre o Leste e o Oeste: Uma Era de grandes transformações**. São Paulo: Maltese, 1991.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: Um Debate Interpretativo. *In*: SILVA, C. T. da. (Org.) **O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p.261-281.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As forças armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Militares: Pensamento e Ação Política**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1987.

OSTRENSKY, Eunice. Hobbes. *In*: PECORATO, Rossano (Org.). **Os Filósofos Clássicos da Filosofia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 190-212.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. As Nossas Ameaças Às Democracias Latino-Americanas: Uma Abordagem Teórico Conceitual. *In*: OLIVEIRA, E. R. de. **Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional**. São Paulo: Fundação Memorial, 2007, p. 61-86.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1967.

TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. A segurança nacional, a política e a estratégia: conceituação e inter-relações. Brasília: **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 91, Vol. I, 1983.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War Third World Interventions and the Making of Our Times**. New York: Cambridge University Press, 2007.